

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: _____

Data: 11.05.83

Pg.: 9

Demarcação de reserva pode provocar conflito

BELÉM
AGÊNCIA ESTADO

A demarcação da reserva dos índios caiapó, no Pará, a segunda maior do País, poderá causar novo conflito, agora com os proprietários de um loteamento em seu limite Sul, e eles já declararam que não aceitarão entregá-lo aos índios. A reserva já causou conflitos com os garimpeiros da região, e segundo decreto do presidente José Sarney vai abranger 25 empresas e grande parte do loteamento Trairão, cujos proprietários ameaçam resistir ou cobrar indenização do governo, avaliada entre Cr\$ 200 e Cr\$ 500 bilhões.

O problema foi gerado pela própria indefinição e demora na demarcação da reserva indígena. Em 1945 o interventor federal Magalhães Barata destinou 898 mil hectares para território dos vários grupos caiapós. Em 1961 ela ficou parcialmente superposta pela reserva florestal Gorotire, criada pelo presidente Jânio Quadros. Em 1978, ao fazer a delimitação cartográfica da reserva, a Funai ampliou-a para 2,7 milhões de hectares, mas a definição física da área nunca foi realizada. Enquanto isso, a região do Xingu, anteriormente isolada, foi sendo alcançada pela frente econômica vinda do Araguaia. O próprio

Estado vendeu terras situadas nos limites da reserva.

No final do ano passado o Iterpa decidiu lotear uma gleba marginal à reserva, colocando à venda 511 lotes. A Delegacia Regional da Funai alegou que 385 mil hectares — do total de um milhão de hectares postos em licitação pública — eram reivindicados pelos índios. Nessa área estaria situada a antiga aldeia, local sagrado da comunidade, e por isso os caiapós queriam a ampliação da reserva. O Iterpa não concordou, propondo entendimento administrativo.

Mas a comissão encarregada de dirimir a dívida nunca se reuniu e o prazo de 60 dias do edital de venda transcorreu sem protesto. Uma parte dos vencedores da licitação já pagou a caução e o restante dos lotes está com a homologação pronta, mas a oficialização foi suspensa, porque o governador Jader Barbalho, atendendo a um apelo do ministro Ronaldo Costa Couto, aceitou deixar de lado os direitos do Estado e permitir que o memorial do decreto incluísse a área de litígio. Assim, o Ministério do Desenvolvimento Rural poderia conciliar os interesses dos índios e dos garimpeiros de "Maria Bonita", evitando um conflito iminente que se estava agravando. O Estado apresentaria seus direitos na ocasião da demarcação.

Documento denuncia corrupção

SANTOS
AGÊNCIA ESTADO

Entidades indigenistas divulgaram ontem um documento denunciando a corrupção, ineficiência e omissão das delegacias da Funai no Sul do País. Citando casos de enriquecimento "ilícito" de funcionários graduados do órgão, pedindo uma auditoria das contas dessas delegacias nos últimos cinco anos e afirmando que a folha de pagamento da fundação, apenas no Sul do Brasil, chegaria a Cr\$ 500 milhões, o documento é assinado por entidades indigenistas leigas e ligadas às Igrejas Católica, Luterana e Evangélica, e foi divulgado em Registro, durante a abertura da 10ª Assembléia Anual do Cimi — Conselho Indigenista Missionário — Regional Sul.

Segundo uma das denúncias,

funcionários da Funai em Chapecó (SC) obtêm rendas investindo as pensões dos índios aposentados pelo Funrural e as bolsas de estudo de jovens e crianças indígenas. A exploração da mão-de-obra dos índios, a devastação de suas áreas e a "falta de escrúpulos da Funai" ao tratar dos problemas de terras e saúde são outras acusações do documento, assinado pela Associação Nacional de Apolo ao Índio, Conselho de Missão Entre Índios, Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior e outras entidades.

Um dos casos denunciados é o da reserva indígena de Ivaí, de onde teriam sido retirados mais de 300 pinheiros centenários na época em que o posto era chefiado pelo atual delegado regional da Funai em Curitiba, Eustáquio Machado. E, na reserva de Guarapuava, teriam sido extraídos 30 mil pinheiros.